

<b>Assunto:</b> Denúncia contra cel Romero Ribeiro – Humberto Inojosa se aposenta	
<b>Veículo:</b> Jornal do Commercio	
<b>Editoria:</b> CIDADES	<b>Seção/Repórter:</b> Jorge Cavalcanti
<b>Página:</b> 3	<b>Data:</b> 03/10/2014

# Governo conhecia denúncia

**RESSOCIALIZAÇÃO** Há um ano e oito meses o Estado foi avisado que detenta violava prisão domiciliar para trabalhar em eleição

**Jorge Cavalcanti**  
cavalcanti.jorge@gmail.com

**Marina Barbosa**  
mbarbosa@jc.com.br

Embora o coronel aposentado da Polícia Militar Romero Ribeiro tenha sido exonerado na noite da última quarta-feira, dia em que o **JC** revelou que a 1ª Vara de Execuções Penais investiga irregularidades no cumprimento de pena por uma detenta, há um ano e oito meses o governo do Estado foi comunicado da denúncia que só agora forçou a troca de comando na Secretaria-Executiva de Ressocialização (Seres). Durante três anos e nove meses, Ribeiro foi o responsável por gerenciar o sistema prisional de Pernambuco. No dia 31 de janeiro de 2013, o Sindicato dos Agentes Penitenciários (Sindasp) enviou um ofício ao Poder Executivo. No documento, além da cópia da denúncia formalizada pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE) à Justiça, a entidade enviou as fotografias que mostram ele e a mulher, a então candidata a vereadora Mônica Ribeiro, na companhia de Elide Silva Santos, à época em prisão domiciliar. Na manhã de ontem, já como ex-secretário e ao lado da esposa, o coronel convocou a imprensa para ler uma carta, sem responder a perguntas.

O ofício em que o Sindasp noticia a denúncia contra a detenta e a participação dela na campanha eleitoral da mulher de Ribeiro foi enviado à Secretaria Estadual de Administração, em nome do então titular da pasta, Décio Padilha. O **JC** tem cópia do documento. O alerta sobre a existência de irregularidades na Seres ocorreu dias depois de uma fuga em massa registrada no Complexo do Curado, o maior de Pernambuco e situado na Zona Oeste do Recife. "Verificou-se que no período em que deveria permanecer em prisão domiciliar para tratamento médico, por causa de doença grave e degenerativa, compareceu com a cumplicidade do secretário de Ressocialização a eventos no comitê da vereadora eleita", diz um trecho do ofício assinado por Nivaldo de Oliveira Júnior, presidente do Sindasp. O governo não enviou resposta à entidade e o coronel Ribeiro permaneceu como secretário.

Além da participação da detenta Elide Silva como cabo eleitoral da candidata a vereadora, o Sindasp sustenta que o coronel Ribeiro omitiu à imprensa a real quantidade de agentes de plantão no dia do incidente no Complexo do Curado e de fugitivos. "Apresentamos o fato de ele ter ocultado a verdade à sociedade quanto ao número de agentes. Alegou existirem 30 agentes de plantão no dia da fuga (quando a média é de cinco a dez, segundo o sindicato) e ter o nú-



**DESPEDIDA** Já como ex-secretário, coronel Romero Ribeiro convocou entrevista para ler carta, ao lado da esposa, a vereadora Mônica Ribeiro. Ambos negam conhecer a detenta Elide Silva, que aparece na imagem acima com o casal

## Uma entrevista sem perguntas

No dia em que o Diário Oficial do Estado publicou a exoneração de Romero Ribeiro da Secretaria-Executiva de Ressocialização (Seres), o coronel aposentado da PM convocou uma coletiva de imprensa para falar sobre a saída da pasta. Acompanhado da esposa e vereadora

Na despedida, casal Ribeiro leu cartas sem citar o

rencias às fotos em que aparece ao lado de Elide, mas negou conhecer a detenta. "Fotos que aparecem no jornal tiro com todo mundo, presos, soltos, pobres, ricos, brancos, negros feios e bonitos. A mulher da foto, não a conheço, isso é um fato. Dizer que teve participa-

## Inojosa se aposenta e vai para a Seres

O Diário Oficial da Justiça publicou ontem a aposentadoria do juiz Carlos Humberto Inojosa Galindo, nome preferido do governador João Lyra Neto (PSB) para assumir a Secretaria-Executiva de Ressocialização (Seres). O magistrado não pode assumir cargos no Executivo enquanto estiver em atividade. Agora, com a toga pendurada, abre-se o caminho para Inojosa assumir a gerência do sistema prisional de Pernambuco, com cerca de 30 mil detentos hoje em unidades onde caberiam apenas 10 mil. Por ora, é o secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Bernardo Almeida, que acumula a Seres.

Antes de ser aprovado em concurso público para a magistratura, Humberto Inojosa trabalhou como advogado por 17 anos. Depois, foi juiz por outros 21 anos. De lá para cá, trabalhou na área criminal nas comarcas dos municípios de Betânia, Cabrobó, Belém do São Francisco e Camaragibe. Como juiz cível e criminal, passou pelo Recife e por Jaboatão dos Guararapes. A participação de Humberto Inojosa no Comitê Gestor do Pacto pela Vida, de 2008 a 2013, indi-

Divulgação

mero verdadeiro de evadidos, inicialmente de 40”, assevera o presidente do sindicato.

Procurada pela reportagem na tarde da quarta-feira, antes da exoneração do coronel Ribeiro, a Secretaria Estadual de Administração confirmou que recebeu o ofício do Sindasp. Mas não explicou quais iniciativas foram tomadas para apurar as denúncias apontadas. “Com relação ao ofício 027/2013/Sindasp-PE, a pasta esclarece, em nota, que os temas relativos à política de pessoal destacados no documento, cuja competência é desta secretaria, foram e continuam sendo tratados prioritariamente. Só depois que a Justiça foi comunicada pelo MPPE, a prisão domiciliar de Elide Silva foi revogada e ela voltou ao regime fechado.

dora de Olinda Mônica Ribeiro, ele chegou com 40 minutos de atraso à sede da Seres, na Boa Vista, local marcado para o pronunciamento. E, após 15 minutos, saiu apressado, sem dar aos jornalistas a oportunidade de fazer questionamentos.

Sem muitos cumprimentos, o casal se posicionou em frente a pôsteres que exaltavam ações da Seres para ler, cada um, uma carta. Em nenhum momento, no entanto, o nome da detenta Elide Silva Santos foi citado. Mônica só falou que não conhece a “mulher da foto”. Já Romero alegou, com o tom de voz elevado, que o “motivo da saída” foi apurado e resolvido em 2013, quando a Seres “encaminhou à Justiça todos os esclarecimentos necessários”. A 1ª Vara de Execuções Penais, porém, não confirma a declaração do ex-secre-

## nome da detenta Elide Silva Santos

tário.

Quando terminaram de falar, os dois foram aplaudidos por amigos que acompanharam a coletiva e saíram sem ouvir a imprensa. Na porta, com um tom bem mais brando que o do pronunciamento, o coronel ressaltou: “como secretário, teria obrigação de dar entrevista. Mas quem falou agora foi o cidadão Romero. E, nesta condição, tenho o direito de me preservar”. Mônica manteve a mesma postura e completou: “já declarei tudo que tinha para declarar”.

Primeira a falar, a vereadora fez refe-

ção na minha campanha política é um boato”, leu Mônica. Ela afirmou que a carreira política do casal causa “inveja e perseguição” e isso teria provocado uma “cilada orquestrada na intenção de nos afastar da política do bem”.

Romero reforçou sua trajetória política e disse que sempre buscou “ser um servidor público que tinha como objetivo principal o bem comum”. Para encerrar, falou que uma foto motivou a exoneração. “Mesmo assim, continuarei tirando fotos sem discriminar ninguém, como aprendi com o grande gestor e político Eduardo Campos”, explicou. Ele ainda mostrou uma foto com o ex-governador: “a última que tirei, com muita honra”, disse o coronel, que agora pretende continuar “na luta pela ressocialização” na área acadêmica.

cado pelo Judiciário, foi decisiva para a escolha do governador. A nova aposta do Estado para iniciar o processo de melhora do sistema prisional também já foi juiz da Vara de Execuções Penais.

## TORNOZELEIRA

Dos 30 mil detentos do Estado, quatro mil do regime semiaberto e prisão domiciliar são fiscalizados por tornozeleira eletrônica, cujo centro de monitoramento é vinculado à Seres. Elide Silva Santos usava o equipamento e as violações foram registradas pela tecnologia do Estado. Mas a Justiça, a quem cabe acompanhar o cumprimento da sentença, não foi avisada pela gestão do ex-secretário Romero Ribeiro.

<b>Assunto:</b> Denúncia contra cel Romero Ribeiro – Humberto Inojosa se aposenta	
<b>Veículo:</b> Jornal do Commercio	
<b>Editoria:</b> Cidades	<b>Seção/Repórter:</b> Jorge Cavalcanti
<b>Página:</b> 4	<b>Data:</b> 03/10/2014

**jornal do**  **commercio**

jc nas ruas

**Jorge Cavalcanti**

cavalcanti.jorge@gmail.com

twitter: @jc\_jcnasruas

telefone: (81) 3413.6103



## Monitoramento arranhado

No caso que culminou com a queda do coronel Romero Ribeiro da Secretaria-Executiva de Ressocialização, o mais preocupante não é o uso político do Estado para fins particulares. Embora seja assustadora, a reação tardia do governo, comunicado das infrações desde janeiro de 2013, também não causa espanto. Os dois exemplos acima pipocam no noticiário um mês sim, o outro também. O que incomoda mesmo é a dúvida que a história – ainda mal explicada – fez pairar sobre algo que deve ser visto pela população como algo sério e seguro: o Centro de Monitoramento Eletrônico de Reeducando, da Seres.

É por meio do centro que são monitorados os 4 mil detentos que usam a tornozeleira eletrônica hoje em Pernambuco. Se a 1ª Vara de Execuções Penais não foi avisada das irregularidades cometidas por uma detenta, apesar das violações terem sido detectadas pela tecnologia, quem garante que algo parecido não ocorreu ou ainda ocorre com algum dos outros que também usam o equipamento?

Prestes a sentar na cadeira desocupada por Ribeiro, o agora juiz aposentado Humberto Inojosa já tem à frente as primeiras medidas como secretário de Ressocialização, entre as inúmeras que a área necessita: completar a lacuna deixada pelo antecessor, explicar o porquê do alerta não ter sido enviado à Justiça e deflagrar ações urgentes para iniciar a restauração da imagem da Seres. Uma tarefa já sabidamente difícil. Boa sorte a Inojosa!

<b>Assunto:</b> Estado sem “Lei Seca” no domingo	
<b>Veículo:</b> Jornal do Commercio	
<b>Editoria:</b> POLÍTICA	<b>Seção/Repórter:</b>
<b>Página:</b> 9	<b>Data:</b> 03/10/2014

**jornal do  commercio**

# Estado sem “Lei Seca” no domingo

No dia da eleição, Pernambuco não terá a chamada Lei Seca. O secretário de Defesa Social, Alessandro Carvalho, justificou a decisão de liberar a venda e consumo de bebidas alcoólicas afirmando que várias análises põem em dúvida a real eficácia da proibição. Segundo ele, o decreto de Lei Seca faz com que a atenção das polícias não fique apenas centrada nas irregularidades eleitorais mais graves. Em caso de um eventual segundo turno, será feita uma análise dos resultados para depois ser tomada a decisão se será adotada ou não a Operação Lei Seca.

“O nosso foco não pode ficar sendo desviado para o caso de uma pessoa que for pega vendendo ou bebendo durante o processo. Estaremos 100% voltados para problemas que tentem macular o processo eleitoral, como desordens nas sessões ou a boca de urna”, destacou.

Apesar da liberação, ele afirmou que as blitzes da Lei Seca

no trânsito, nas cidades e nas rodovias, continuarão normalmente, e que o eleitor poderá ser barrado no local de votação caso esteja sob efeito de álcool. Nesse caso, ele será orientado a voltar para casa e retornar para votar apenas quando estiver sóbrio.

A medida tomada em eleições anteriores vetava o consumo e a venda de bebidas alcoólicas das 6h às 18h do dia da votação em todas as regiões do Estado. Segundo Carvalho, todas as vezes que a Lei Seca foi aplicada em Pernambuco não foram observadas vantagens que valessem o prejuízo de ter menos policiais em operações eleitorais.

“Foi uma decisão tomada em conjunto pela SDS, pelo Tribunal Regional Eleitoral e pelo Tribunal de Justiça. Vamos analisar os índices de violência, mas eu acredito que esse deve ser o caminho que tomaremos conjuntamente também nos próximos pleitos”, concluiu o secretário.

<b>Assunto:</b> Para agilizar	
<b>Veículo:</b> Folha de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Economial	<b>Seção/Repórter:</b> Jamille Coelho
<b>Página:</b> 2	<b>Data:</b> 03/10/2014



■ **PARA AGILIZAR...**  
Quem tem direito a receber crédito por cheques, notas promissórias, duplicatas, escrituras públicas ou outros documentos públicos assinados pelo devedor pode contar com um serviço especializado na Justiça estadual.

<b>Assunto:</b> Recuperação	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Economia	<b>Seção/Repórter:</b> Bruna Siqueira
<b>Página:</b> b9	<b>Data:</b> 03/10/2014

## DIÁRIO de PERNAMBUCO



### **Recuperação**

Quatro empresas do Grupo Netuno, marca criada pelo empresário pernambucano Sergio Colaferri, entraram em processo de recuperação judicial. O pedido foi deferido no mês passado pela 13ª Vara do Recife. O administrador é o escritório Lindoso e Araújo Consultoria Empresarial.

<b>Assunto: Em PE, secretário-executivo da Seres é exonerado após denúncia</b>	
<b>Veículo: G1 Pernambuco</b>	<b>Data: 03/10/2014</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## Em PE, secretário-executivo da Seres é exonerado após denúncia

*Detenta teria trabalhado em campanha da esposa de Romero Ribeiro. Casal se defende afirmando não conhecia a mulher.*



O secretário-executivo de Ressocialização Social (Seres), Romero Ribeiro, foi exonerado do cargo pelo governador de Pernambuco, João Lyra Neto. A decisão foi tomada após a divulgação de que a 1ª Vara de Execuções Penais investiga a denúncia de que uma detenta atuou na campanha eleitoral de 2012 da mulher do secretário, Mônica Ribeiro, então candidata a vereadora de Olinda, e teria, com isso, descumprido as exigências da prisão domiciliar, segundo noticiou o Jornal do Commercio, na quarta-feira (1º).

Em fotos que publicou à época em redes sociais, a reeducanda é vista ladeada pelo ex-secretário e sua esposa. A mãe da presa foi quem denunciou ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE) que a filha estava violando a condicional. O coronel Romero Ribeiro e a vereadora de Olinda, Mônica Ribeiro, leram cartas para a imprensa na manhã desta quinta-feira (2), se defendendo das acusações. Os dois não quiseram dar entrevistas, mas negaram no texto que conhecessem a reeducanda e afirmaram que tiram fotos com qualquer pessoa - sendo ela condeanada por algum crime ou não.

"Não a conheço, é um fato. Dizer que teve participação na minha campanha política, é mentira", disse a vereadora, acrescentando que a ascensão política dela e do marido incomoda e que estão fazendo "sensacionalismo dessa politicagem". Ribeiro recordou os mais de 30 anos dedicados à segurança pública no estado e reiterou que não conhece a detenta, não tendo qualquer relacionamento com ela. "O assunto em questão, o motivo da minha saída da Seres, já foi debatido, apurado e resolvido desde o início de 2013. Na ocasião, a Seres encaminhou à Justiça todos os esclarecimentos necessários", defende-se.

O promotor Marcellus Ugietti disse que já ouviu a mãe da vítima. "Além das fotos que saíram [com o ex-secretário], tinha outras fotos colhidas das redes sociais, onde ela aparecia andando pela Boa Vista. A mãe salvou tudo. Eu como promotor de execução penal fiz um parecer para recomendar o encaminhamento dessa mulher para o regime fechado", explica o promotor. A mulher tinha sido posta em prisão domiciliar devido a problemas de saúde.

O juiz da 1ª Vara de Execuções Penais, Luiz Rocha, explica que o caso ocorreu em 2012 e chegou à Justiça no começo de 2013, quando ele assumiu a vara. "Esse processo de apuração de incidente de execução penal foi instaurado em 2013. Qualquer tipo de irregularidade, a gente instaura processo. Quando a irregularidade que aponta um gestor público com desvio de função, evidente que como juiz tenho que tomar providências e investigar", detalha Rocha.

O processo ainda segue em aberto, sem conclusões. "Esse processo está em andamento, ele tem um ano só. A gente pediu as informações, eu fui no presídio, colhi o depoimento da reeducanda. Ela é cadeirante e teve um agravamento do quadro, estando com escaras [feridas] nas costas. Por isso, ela está novamente em prisão domiciliar", afirma o juiz.

Rocha ressalta que a questão de que a reeducanda saia de casa para outras finalidades, que não tratar da saúde, foi constatado através da pulseira eletrônica. "Fomos comunicados só após a denúncia. Recolhemos as informações e uma delas foi o percurso detalhado que ela cometeu nessas quebras de área de monitoramento, saiu de onde deveria ficar", destaca. Ao fim do processo, se o juiz constatar alguma irregularidade, encaminha a investigação para o MPPE, para que seja instaurado processo.

<b>Assunto: Ex-secretário de ressocialização nega envolvimento com detenta</b>	
<b>Veículo:</b> Folhape	<b>Data:</b> 03/10/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Ex-secretário de ressocialização nega envolvimento com detenta**

*Romero Ribeiro reclama ainda de ter sido exonerado sem ter direito a defesa*

Após ter sido exonerado pelo governador de Pernambuco João Lyra Neto, o ex-secretário executivo de Ressocialização Social (Seres), Romero Ribeiro, se pronunciou na manhã desta quinta-feira (2), sobre seu afastamento do cargo público que ocupava desde 2011. A decisão se deu após a publicação de uma reportagem na qual o então secretário aparece acompanhado da esposa, Mônica Ribeiro, durante a campanha eleitoral para a candidatura a vereadora de Olinda, e da detenta Elide Santos, que cumpria prisão domiciliar e, mesmo assim, teria atuado na campanha da vereadora, descumprindo as exigências do regime domiciliar.

De acordo com as investigações da 1ª Vara de Execuções Penais, o registro da tornozeleira da reeducanda comprova que ela estaria violando o perímetro permitido. A exoneração foi anunciada ainda na noite de ontem e publicada no Diário Oficial desta quinta.

Durante a coletiva de imprensa que promoveu, o secretário limitou-se a ler uma carta de esclarecimento, na qual ele afirma não ter tido o direito de defesa. "O assunto em questão foi debatido, apurado e resolvido desde o início de 2013, na ocasião a Seres encaminhou a Justiça todos os esclarecimentos necessários. Mas até o momento, nenhuma notificação nos foi dada sobre a decisão", afirmou. Ainda, segundo Ribeiro "a decisão foi tomada sem observar os princípios constitucionais, ampla defesa e o princípio do contraditório, obrigatórios no Estado democrático".

Ainda, durante a leitura da carta, o ex-secretário disse que "continuará tirando fotos sem discriminar ninguém". A esposa de Ribeiro também se pronunciou por meio de uma carta de defesa na qual ela afirma que pode tirar foto com qualquer pessoa. "Mulher da foto, não conheço e isso é fato. Dizer que teve participação na minha campanha política é boato", disse.

Mônica Ribeiro ainda afirmou que o fato de estar com uma política crescente ao seu lado causava inveja e perseguição, na intenção "do afastamento da política do bem para o sensacionalismo da politicagem do mundo atual".

"Os bons incomodam. Principalmente os que não são submissos; são exonerados", finalizou. Depois de lerem as cartas, marido e mulher afirmaram que não dariam mais explicações ou responderiam à imprensa, porque, segundo eles, Romero Ribeiro é agora um "cidadão comum".

<b>Assunto: Condenado ao regime semiaberto, Denny Oliveira pede para atuar em transportadora</b>	
<b>Veículo:</b> Folhape	<b>Data:</b> 03/10/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Condenado ao regime semiaberto, Denny Oliveira pede para atuar em transportadora**

*Juízes da 2ª Vara de Execuções Penais vão avaliar solicitação do ex-apresentador*

O promotor da Vara de Execuções Penais, Marcellus Ugiette, encaminhou, nesta quinta-feira (2), parecer a respeito da liberação do ex-apresentador Denny Oliveira para trabalhar fora da Penitenciária Agroindustrial São João (PAISJ), em Itamaracá, na Região Metropolitana do Recife, para onde foi levado na última terça-feira (30). O pedido, feito pelos advogados do detento ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE), será avaliado pelos juízes Roberto Costa Bivar e Cícero Bittencourt.

Denny foi condenado a cumprir sete anos em regime semiaberto, ou seja, podendo sair para trabalhar durante o dia, mas passando a noite na cela. Ele foi réu em um processo por atentado violento ao pudor com presunção de violência contra uma menor de 11 anos. Na solicitação dos advogados, consta que o ex-apresentador pede permissão para trabalhar como assessor da gerência de uma transportadora na BR-101 Sul, de segunda a sexta, das 8h às 18h, e aos sábados, das 8h às 12h.

Considerando o tempo de viagem de ida e volta até o trabalho, o parecer de Ugiette prevê que Denny possa sair às 6h e voltar até as 20h. “A aplicação e o cumprimento da pena são observados caso a caso. Então, suponhamos que haja atrasos na volta dele ao presídio, por exemplo. Será levado em conta se isso é frequente ou se houve algum congestionamento na estrada, sempre prezando pelo bom senso”, detalha o promotor. “Mas se for comprovado algum comportamento de má-fé, como passar da hora sem justificativa, ele pode ser punido”, completa Ugiette, citando a regressão de regime como exemplo.

O promotor ainda explica que Denny não será monitorado e que, nesses casos, atuação do detento fora da prisão não se traduz em remissão de pena. “Três dias de trabalhos internos resultam em menos um de pena, mas não no caso de trabalhos fora da penitenciária. Entretanto, já há juízes que dão parecer favorável a essa questão, já que ainda não é lei”, comenta Ugiette, acrescentando que, assim como qualquer reeducando do regime semiaberto, o ex-apresentador terá direito a cinco saídas anuais de no máximo sete dias cada.

Denny Oliveira foi preso no último dia 11, em Campina Grande (PB). A prisão foi feita por policiais da Delegacia de Capturas de Pernambuco.

<b>Assunto: Governo sabia de denúncia contra coronel</b>	
<b>Veículo: JConline</b>	<b>Data: 02/10/2014</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

## jornal do commercio

### **Governo sabia de denúncia contra coronel**

*Executivo fpi informado há um ano e oito meses sobre denúncia de presa trabalhando em campanha eleitoral*

Embora o coronel aposentado da Polícia Militar Romero Ribeiro tenha sido exonerado na noite da última quarta-feira, dia em que o JC revelou que a 1ª Vara de Execuções Penais investiga irregularidades no cumprimento de pena por uma detenta, há um ano e oito meses o governo do Estado foi comunicado da denúncia que só agora forçou a troca de comando na Secretaria-Executiva de Ressocialização (Seres). Durante três anos e nove meses, Ribeiro foi o responsável por gerenciar o sistema prisional de Pernambuco.

No dia 31 de janeiro de 2013, o Sindicato dos Agentes Penitenciários (Sindasp) enviou um ofício ao Poder Executivo. No documento, além da cópia da denúncia formalizada pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE) à Justiça, a entidade enviou as fotografias que mostram ele e a mulher, a então candidata a vereadora Mônica Ribeiro, na companhia de Elide Silva Santos, à época em prisão domiciliar. Na manhã de ontem, já como ex-secretário e ao lado da esposa, o coronel convocou a imprensa para ler uma carta, sem responder a perguntas.

O ofício em que o Sindasp noticia a denúncia contra a detenta e a participação dela na campanha eleitoral da mulher de Ribeiro foi enviado à Secretaria Estadual de Administração, em nome do então titular da pasta, Décio Padilha. O JC tem cópia do documento. O alerta sobre a existência de irregularidades na Seres ocorreu dias depois de uma fuga em massa registrada no Complexo do Curado, o maior de Pernambuco e situado na Zona Oeste do Recife. “Verifica-se que no período em que deveria permanecer em prisão domiciliar para tratamento médico, por causa de doença grave e degenerativa, compareceu com a cumplicidade do secretário de Ressocialização a eventos no comitê da vereadora eleita”, diz um trecho do ofício assinado por Nivaldo de Oliveira Júnior, presidente do Sindasp. O governo não enviou resposta à entidade e o coronel Ribeiro permaneceu como secretário.

<b>Assunto: Mutirão de conciliação para acelerar processos em Ipojuca</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 02/10/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Mutirão de conciliação para acelerar processos em Ipojuca**

A Corregedoria Geral de Justiça de Pernambuco, em parceria com o juízo da comarca de Ipojuca, o Ministério Público de Pernambuco e a Defensoria Pública estadual, realiza, a partir dessa quarta-feira até a próxima quinta, no Fórum de Ipojuca, a 1ª Semana de Conciliação da Vara Criminal.

Contando com um total de cinco conciliadores, a semana prevê a realização de 200 audiências por dia em ações de crimes de menor potencial ofensivo, aqueles com penas de até 2 anos de restrição da liberdade ou multa, totalizando 600 audiências nos 3 dias da ação.

A 1ª Semana de Conciliação da Vara Criminal de Ipojuca foi instituída através da portaria nº 291/2014, com o objetivo de agilizar os processos e estimular a conciliação, que é quando as partes envolvidas chegam a um acordo. As audiências acontecem no espaço do Tribunal do Júri do Fórum de Ipojuca.

Conciliação - “ O objetivo é promover a conciliação como gestão de rotina cartorária nas unidades, reduzindo o tempo médio de duração dos processos e a taxa de congestionamento. O Corregedor Geral da Justiça, Eduardo Augusto Paurá Peres, com o apoio da Presidência do TJPE, segue a orientação do Conselho Nacional de Justiça de promover a conciliação para otimizar a prestação jurisdicional.

Durante a ação, uma equipe especial do Núcleo de Apoio aos Juízes, coordenada pela juíza assessora especial da corregedoria, Maria Auri Alexandre Ribeiro, vai auxiliar os magistrados e servidores da comarca de Gravatá. "A conciliação é um meio alternativo de solução de conflitos que, além de trazer inúmeros benefícios às partes, desafoga o judiciário e possibilita uma prestação jurisdicional célere e eficaz, sendo de capital importância a difusão da cultura da conciliação como busca da paz social", explica o corregedor Eduardo Paurá. A Corregedoria Geral da Justiça tem como funções principais a orientação e fiscalização dos serviços judiciais em todo o Estado.

A Conciliação é uma forma de solução de conflitos em que as partes, por meio da ação de um terceiro, o conciliador chega a um acordo, solucionando a controvérsia. Nesse caso, o conciliador tem a função de orientar e ajudar, fazendo sugestões de acordo que melhor atendam aos interesses dos dois lados em conflito.

<b>Assunto: Varas Cíveis com horários ampliados no Recife</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 02/10/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### **Varas Cíveis com horários ampliados no Recife**

Todas as Varas Cíveis da cidade do Recife estão, a partir desta terça-feira (30), com o horário de atendimento ampliado. As 34 unidades espalhadas pela capital passam a funcionar das 7h às 19h, sem intervalos, com dois juízes cada.

Além da mudança, a 1ª e 2ª Varas de Execução de Títulos Extrajudiciais foram instaladas no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, bairro da Ilha Joana Bezerra. A inauguração aconteceu na manhã desta terça-feira (30) e as novas unidades funcionarão no mesmo horário expandido das Varas Cíveis.

<b>Assunto: Varas Cíveis ampliam horário e Varas de Títulos Extrajudiciais entram em funcionamento</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 02/10/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Varas Cíveis ampliam horário e Varas de Títulos Extrajudiciais entram em funcionamento**

A partir desta terça-feira, as 34 Varas Cíveis da Capital ampliam o horário de atendimento, funcionando das 7h às 19h, ininterruptamente, com dois juizes cada. Esta manhã, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Frederico Neves, instala a 1ª e 2ª Varas de Execução de Títulos Extrajudiciais na Capital. As unidades vão atender no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerrano, no mesmo horário das Varas Cíveis.

O objetivo é enfrentar o chamado congestionamento na Justiça estadual, melhorando a prestação jurisdicional em Pernambuco com atendimento ágil para as partes, advogados e o público em geral. Atualmente, as Varas Cíveis possuem um acervo de 155 mil e 508 processos. Dos processos que tramitam na Capital, 49% estão concentrados nessas unidades. De iniciativa da Presidência do TJPE, a Lei Complementar nº 279/2014 busca dobrar a capacidade de julgamento das varas sem que seja necessária ampliação do espaço físico ou realização de obras.

Já as Varas de Execução de Títulos Extrajudiciais ficarão responsáveis por processar e julgar aquelas ações de execuções cíveis em que o direito ao crédito já está garantido à parte cobradora, como notas promissórias, duplicatas, cheques, escrituras públicas ou outros documentos públicos assinados pelo devedor, que não precisam de uma decisão judicial que defina se os valores são devidos ou não. Só no Recife tramitam aproximadamente 19 mil ações de execução de título extrajudicial, às quais se relacionam cerca de 6 mil embargos à execução, quantitativo elevado que revela que as demandas executivas merecem particular atenção da administração.

<b>Assunto: Denny Oliveira deve conseguir autorização para trabalhar</b>	
<b>Veículo:</b> JOnline	<b>Data:</b> 02/10/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

## jornal do commercio

### **Denny Oliveira deve conseguir autorização para trabalhar**

*O MPPE vai recomendar a liberação do apresentador para trabalho fora da penitenciária*

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) vai recomendar à 2ª Vara de Execuções Penais do Estado a liberação do apresentador Denny Oliveira para o trabalho fora da Penitenciária Agrícola São João, em Itamaracá, onde está preso desde terça-feira. Denny deverá assumir o cargo de assessor da gerência de uma transportadora na BR-101, na Zona Sul do Recife, tão logo os juízes da vara – Roberto Costa Bivar e Cícero Bittencourt – anunciem decisão favorável.

O pedido dos advogados de Denny foi apreciado ainda nesta quarta-feira pelo promotor de justiça da Vara de Execuções Penais, Marcellus Ugiette. “Pela lei ele tem todo direito a uma profissão fora do sistema prisional, além de considerarmos o trabalho um instrumento importante de reinserção social”, explica Ugiette.

De acordo com ele, o apresentador poderá trabalhar no horário comercial, de 8h as 12h e de 14h as 18h. “Deixamos claro que ele vai poder se ausentar da unidade prisional às 6h e retornar até as 20h, por conta da locomoção. Caso contrário, poderá ser considerado faltoso quando for realizada a totalidade dos presos à noite”, diz, acrescentando que o apresentador terá direito a cinco saídas anuais de sete dias cada.

No tempo em que estiver trabalhando, Denny não deverá usar a tornozeleira de monitoramento de presos. “O equipamento está previsto apenas para saídas temporárias e para casos de prisão domiciliar”, explica o promotor, citando a Lei 12.258, de 2010, que regula o uso do dispositivo.

Denny Oliveira foi preso no último dia 11, quando estava sozinho em um apartamento no bairro das Nações, em Campina Grande, interior da Paraíba. A prisão foi efetuada por uma equipe da Delegacia de Capturas da Polícia Civil de Pernambuco (Polinter), com apoio de policiais civis paraibanos. O apresentador não resistiu à prisão, embora demonstrasse abalo emocional quando foi abordado.

Em novembro de 2010 ele foi condenado a 15 anos de prisão, acusado de participação no estupro e atentado violento ao pudor contra quatro adolescentes que supostamente participariam dos programas apresentados por ele. As denúncias contra Denny vieram a público em 2006, quando as mães das adolescentes resolveram procurar a polícia.

<b>Assunto: Cai secretário de Ressocialização de PE</b>	
<b>Veículo: Jconline</b>	<b>Data: 02/10/2014</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

## jornal do commercio

### Cai secretário de Ressocialização de PE



O governador João Lyra Neto deseja ver o juiz pernambucano Humberto Inojosa no comando da Secretaria-Executiva de Ressocialização, a Seres, em substituição ao coronel Romero Ribeiro, exonerado hoje por causa da revelação do Jornal do Commercio de que uma detenta descumpriu as exigências da prisão domiciliar e participou da campanha da esposa do agora ex-secretário a vereadora de Olinda em 2012. Mônica Ribeiro foi eleita pelo PDT para o primeiro mandato na Câmara contando com a ajuda de Elide Silva Santos, condenada por ter sido mandante de um homicídio.

Depois de uma longa reunião a portas fechadas com os secretários Luciano Vásquez (Casa Civil) e Bernardo D’Almeida (Desenvolvimento Social e Direitos Humanos), o governador decidiu pela exoneração de Ribeiro e pensou no nome de Inojosa. De 2008 a 2013, ele foi o indicado pelo Judiciário para integrar o Comitê Gestor do Pacto pela Vida. Como magistrado, o pernambucano não poderia assumir cargo no Executivo. Mas está prestes a se aposentar da toga, o que viabilizaria a indicação.

Na comunicação do Ministério Público estadual (MPPE) à 1ª Vara de Execuções Penais denunciando a violação da prisão domiciliar, duas fotos foram anexadas como prova do engajamento de Elide Silva na campanha da então candidata a vereadora. Na imagem acima, Mônica Ribeiro aparece ladeada pelo marido e por Elide Silva Santo.

Na ocasião, o casal Ribeiro visitara a detenta em casa. “Olinda será bem representada e o Estado tem um secretário à altura de seu cargo. Obrigada meus amigos por me darem essa força e incentivo para superar tudo o que aconteceu em 2012 na minha vida”, escreveu ela, numa mensagem postada no dia 15 de setembro de 2012, poucos dias antes da eleição, agradecendo a visita do casal a sua residência.

Elide Silva era monitorada por tornozeleira eletrônica. As violações do perímetro que ela não podia ultrapassar foram registradas pelo centro de monitoramento da Seres. Mas as infrações não foram comunicadas à 1ª Vara de Execuções Penais, para que o benefício fosse suspenso, como determina a lei. Depois que o MPPE fez a denúncia à Justiça, a detenta perdeu o direito da prisão domiciliar e voltou ao regime fechado.

<b>Assunto:</b> <a href="#">TJPE empossa 61 novos juízes</a>	
<b>Veículo:</b> Roberta Jungmann	<b>Data:</b> 02/10/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### [TJPE empossa 61 novos juízes](#)

Tomaram posse nesta terça (30) 61 dos 72 juízes aprovados no último concurso pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). A cerimônia foi realizada no salão do Pleno do Palácio da Justiça, no Centro do Recife. Antes de assumir as comarcas pelo interior do Estado, os magistrados passarão por um curso de 628 horas, realizado pela Escola Judicial do Tribunal que já tem início nesta quarta (1º) e o término está previsto para janeiro de 2015 e a supervisão fica por conta dos desembargadores Ricardo Paes Barreto e Stênio Neiva, diretor e vice-diretor do Órgão, respectivamente.

De acordo com o presidente do TJPE, desembargador Frederico Neves, a atuação dos novos juízes incrementará o serviço prestado à população. “Fizemos um esforço orçamentário para que possam assumir os cargos, considerando a carência que temos de magistrados no Estado”, afirma Neves, lembrando dos 400 juízes que atuam em Pernambuco, mas ainda existem 260 vagas para ocupar no pleito.